

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.080 - SP (2019/0243120-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEONARDO BIAGIONI DE LIMA - SP326664
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : SILVIO CARLOS TELLI - SP093244
MARCOS ROGÉRIO VENANZI - SP102868
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA
ADVOGADOS : LAURAMARIA DONIZETTI NASCIMENTO - SP117964
AMANDA APARECIDA DA COSTA PEDROSO OLIVEIRA -
SP302888
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO DE MEDIDA LIMINAR, EM TUTELA DE URGÊNCIA. ART. 300 DO CPC/2015. QUESTÃO DE MÉRITO AINDA NÃO JULGADA, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela ora agravante, nos autos da Ação Civil Pública que ajuizou em face da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e do Município de Taquarituba, ora agravados, contra decisão que indeferira o pedido de medida liminar, em tutela de urgência, prevista no art. 300 do CPC/2015.

III. Consoante reiterada jurisprudência desta Corte, não é cabível Recurso Especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa que, em liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é tratada, pelo Tribunal de origem, apenas sob juízo precário de mera verossimilhança, porquanto, em relação a "tal matéria, somente haverá causa decidida em única ou última instância com o julgamento definitivo, atraindo, analogicamente, o enunciado da súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'" (STJ, REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 08/05/2006). No mesmo sentido: STJ, REsp 1.783.815/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA,

Superior Tribunal de Justiça

DJe de 02/08/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.607.469/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2017.

IV. Por outro lado, "para superar as conclusões a que chegou a Corte de origem, a fim de se reconhecer estarem presentes os requisitos necessários para o deferimento do pedido de tutela cautelar de urgência, previstos no art. 300, do CPC/15, seria necessário o revolvimento das premissas fáticas que embasaram o aresto recorrido" (STJ, AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 1.315.614/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 17/05/2019).

V. No caso, o Tribunal de origem concluiu, à luz das provas dos autos, que "resta evidente a ausência do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*)", e que, "a despeito das condições relatadas pela agravante não serem as ideais com a presença de apenas 2 (duas) enfermeiras, que também exercem cargos administrativos, e de 2 (duas) auxiliares de enfermagem, frente à legislação infra legal que fundamenta o pedido da agravante de instituição de equipe de saúde formada por médico e dentista (cf. a Portaria Interministerial MS/MJ nº 01, de 02 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça, e a Portaria MS nº 482, de 1º de abril de 2014, do Ministério da Saúde), vislumbra-se que o atendimento médico garantido à população carcerária da Penitenciária Masculina de Taquarituba, ainda que aquém do necessário, é prestado de forma contínua nos termos do que determina o art. 14, § 2º da LEP". Ressaltou, ainda, que "a FESP, através da sua Secretaria da Administração Penitenciária, não se encontra omissa frente às solicitações da agravante, assim como o próprio MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA que, na audiência de tentativa de conciliação não obstante não haver reconhecido sua legitimidade passiva, haver contestado aquele feito (fls. 203/210 dos autos principais) e haver contrariado o presente recurso (fls. 333/339), também se comprometeu a promover a contratação de médico às suas expensas, em auxílio à FESP, que poderá, caso assim concorde, atender dentro da unidade prisional, que já conta com estrutura formada por instalações e equipamentos em boas condições de utilização (ambulatório médico, sala odontológica e enfermaria composta por 6 (seis) celas e espaço aberto para o banho de sol), conforme informa a agravante". Desse modo, não há como afastar a aplicação do óbice da Súmula 7/STJ, porquanto rever a conclusão da instância ordinária – firmada diante das provas dos autos – é pretensão inviável, em sede de Recurso Especial.

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

